



Feminização da pobreza no Brasil

SZUL, Karoline Dutra

SILVA, Lenir Mainardes da

RESUMO: A presente discussão permeia a trajetória de pesquisa do Projeto de Iniciação Científica (2015/2016) intitulado de Feminização da Pobreza no Brasil. A discussão sobre a feminização da pobreza teve seu início em meados de 1980 nos Estados Unidos com Diane Pearce e posteriormente passou a ser discutida na América Latina, em especial no Brasil, por organismos governamentais. Por isso, como metodologia partimos da pesquisa bibliográfica e documental, a partir de artigos e documentos elaboração por organismos nacionais e internacionais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Portanto, discutiu-se a categoria de gênero e pobreza, o significado de feminização da pobreza e as políticas sociais voltadas para o combate à desigualdade de gênero. Nota-se que o estudo da feminização da pobreza é um campo fértil de análises visto os desafios que as mulheres enfrentam diariamente acentuados quando se encontram na situação de pobreza.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Pobreza; Mulher.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto do relatório de pesquisa submetido ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, mais especificamente através do Programa de Iniciação Científica na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), vinculado a linha de pesquisa de Proteção Social e Cidadania. Dessa forma, o trabalho contempla a trajetória de pesquisa entre o mês de agosto de 2015 e julho de 2016, neste intervalo de tempo se realizou revisão constante de materiais que discutem a temática abordada e a participação em eventos que permeavam o tema de estudo.

Busca-se trazer a discussão sobre feminização da pobreza no Brasil por meio de tópicos transversais, a saber: gênero, pobreza, feminização da pobreza e políticas públicas, os quais permeiam diretamente a discussão e nos apresentam horizontes de debate.

Quando se discute feminização da pobreza é inerente à revisão de dois pontos principais: gênero e pobreza, que consideramos aliados do viés histórico e contraditório da sociedade, ou seja, o gênero como uma categoria histórica resultado das relações sociais e a pobreza não apenas reclusa à renda, mas aliada aos chamados indicadores multidimensionais.



No que tange os aspectos metodológicos utilizou-se da pesquisa bibliográfica elegendo como marcadores de leitura a feminização da pobreza, priorizando o texto de Scott (1991) “Gênero, Uma Categoria Útil de Análise Histórica Medeiros e de Costa (2008) em “What Do We Mean by “Feminization of Poverty?” de caráter introdutório a discussão de feminização da pobreza. Outras autoras como Silveira e Silva (2013) e Azeredo (2010) que fazem uma análise da chefia feminina nas famílias.

Utilizou-se também da pesquisa documental com base nos documentos produzidos por organismos governamentais, em especial o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU), que de pesquisas e dados estatísticos sobre o tema feminização da pobreza.

O presente texto está organizado em quatro tópicos, sendo eles: gênero, pobreza, feminização da pobreza e e políticas públicas.

A CATEGORIA DE GÊNERO

Scott (1991) considera que todas as palavras tem uma história, o que não é diferente da palavra ‘gênero’, comumente utilizada ao longo dos tempos para designar de forma figurada os traços de caráter ou traços sexuais. Conforme a gramática, ‘gênero’ é compreendido como um meio de classificar fenômenos. De certo modo, a utilização do vocábulo de ‘gênero’ passa a indicar uma rejeição ao determinismo biológico implícito nos termos sexo ou diferença sexual.

Sobre isso, Carrara (2009, p. 39) afirma: “(...) gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia dos seus corpos.” Buscando desmistificar a mera reprodução social, na qual a mulher é designada a maternidade via fatores biológicos.

Scott (1991) salienta ainda que as pesquisadoras feministas assinalaram desde muito cedo que o estudo sobre as mulheres acrescentaria temas e provocaria uma reavaliação críticas das premissas e critérios. Trazendo a tona que ao estudar gênero não se pode estabelecer somente a relação entre experiências masculina e feminina no



passado, também se deve estabelecer uma articulação entre as práticas do passado e as práticas atuais.

Assim, gênero é utilizado para designar as relações sociais que se estabelecem entre os sexos. Rejeita as justificativas biológicas que tem por critério a legitimação de formas de subordinação intrinsecamente relacionada às mulheres, como por exemplo, o fator da maternidade na contrapartida da virilidade masculina. Além disso, gênero torna-se uma forma de indicar as construções sociais, ou seja, a construção inteiramente social das premissas sobre os papéis consignados aos homens e as mulheres. Oferecendo, um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos e refletindo sobre as identidades subjetivas. (Scott, 1991, p.7)

Sobre isso, afirma Azeredo (2010, p. 584):

A condição de mulher, sempre associada ao papel de mãe, cuja responsabilidade no cuidado com os filhos parece uma imposição da ordem da natureza, limita as oportunidades de construção de outros marcadores identitários necessários à ordem civilizatória.

Frente a isso, concorda-se com a definição da categoria gênero nos estudos de Scott (1991), a qual afirma que (1991, p. 21): “[...] gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos (...) e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. No que tange esta, remete-se a teria do patriarcado, a qual recorre às relações de subordinação da mulher ao homem, bem como este sendo o único e possível provedor familiar, ativo na vida pública enquanto a mulher ficara segregada aos cuidados domésticos.

A discussão da categoria de gênero quando vista na perspectiva histórica permeada de contradições deve ser objeto de estudo constante, visto que o mundo está em permanente transformação. Exemplo disso é de que no passado o homem era considerado o único provedor familiar o que hoje em dia passa a ser substituído pela face feminina, a qual ocupa espaços da vida pública, tornando-se provedora familiar, sendo única ou compartilhada. Portanto, essas mudanças podem trazer traços delineados específicos, ainda mais quando analisados no aspecto feminino, que será abordado nos próximos tópicos.



POBREZA

A condição de pobreza alia-se a várias definições e formas de mensuração, que podem contemplar somente o viés econômico ou características sociais de acesso a bens e serviços. Conforme Costa et. al. (2005, p. 14): "(...) podemos utilizar os indicadores multidimensionais, como é o caso dos indicadores clássicos de necessidades básicas insatisfeitas, ou por indicadores unidimensionais, como a comumente utilizada insuficiência de renda". Considera-se de acordo com Crespo e Gurovitz (2000, p. 11) apud Azeredo (2010, p. 179)

Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade.

Destacam-se aqui duas categorizações de pobreza: a pobreza relativa e a pobreza absoluta. Conforme Azeredo (2010, p. 578) "[...] Por pobreza absoluta entende-se o não acesso a mínimos necessários a sobrevivência física, enquanto na pobreza relativa isso é garantido, porém em patamares insuficientes, inscrevendo os sujeitos, em condições de vulnerabilidade e riscos sociais".

Pobreza é um fenômeno de múltiplas dimensões, muitas delas subjetivas, que não são facilmente capturadas por uma única medida simples e objetiva. A aferição do nível de pobreza complica-se ainda mais quando considerada sob a ótica de gênero, pois diversas formas de medir a pobreza são insensíveis à privação específicas sofridas pela mulher, como a vulnerabilidade, a violência doméstica e a falta de autonomia. (BADEN E MILWARD, 1997, apud COSTA et al, 2005, p. 11).

Atenta-se que a aferição da pobreza com referência apenas na renda per capita encobrem evidências qualitativas e subjetivas, visto apenas o aspecto econômico não é suficiente para que um sujeito supere a condição de pobreza. Dessa forma, considerar apenas dados quantitativos inviabilizam variáveis importantes do ponto de vista multidimensional. Pontua-se ainda que o caráter multidimensional da pobreza preza além de privações materiais, para essa categorização os pobres estão expostos a maiores vulnerabilidades e riscos sociais. (Azeredo, 2010)

Há de destacar-se os indicadores de pobreza multidimensionais elaborados e apresentados no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, no qual consta que a atenção sobre a privação é fundamental para o desenvolvimento humano,



contudo as dimensões de pobreza vão muito além da perspectiva econômica, incidindo a saúde, nutrição, baixo nível educacional, má condição de habitação, exclusão social e falta de participação, sendo assim, “[...] a pobreza é multifacetada e, por isso, multidimensional” (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2010, p. 98).

As medidas relativas ao dinheiro são obviamente importantes, mas é necessário considerar as privações noutras dimensões e respectivas sobreposições, em especial porque a família com várias privações se encontram provavelmente em piores situações do que as medidas da pobreza de rendimento sugerem. (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2010, p. 99)

Ainda estipula-se o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) que se assenta na abordagem da capacidade, diferente do Índice de Pobreza Humana (IPH) que fora utilizado a partir de 1997. O IPH media as privações de saúde, educação e padrão de vida a partir de uma média entre países, não conseguia contemplar sujeitos específicos, famílias e grupos maiores que sofressem privações conjuntas.

Dessa forma, o IPM se estrutura a partir de três dimensões e dez indicadores que se relacionam entre si. Podendo ser vistas no quadro a seguir:

QUADRO 1 – DIMENSÕES E INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS DA POBREZA

Dimensões	Saúde	Educação	Padrões de Vida
Indicadores	Nutrição Mortalidade Infantil	Anos de escolaridade Crianças matriculadas	Combustível de cozinha Sanitários Água Eletricidade Activos

Nota: Elaborado pelas autoras com base no Relatório de Desenvolvimento Humano (2010)

Portanto, a discussão em torno da pobreza deve permear os caminhos contraditórios e não centralizar-se somente a aferição de renda, que na maioria passa a ser critério para acesso a políticas públicas. Para tanto, pretende-se a seguir discutir a feminização da pobreza com base nas categorias de gênero e pobreza abordadas.

FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

Importantes organismos internacionais já defenderam a ideia de que uma parcela crescente das vítimas de pobreza é composta de mulheres. A feminização da pobreza indica a existência do aumento da pobreza em um grupo da sociedade aliado ao aumento das desigualdades entre homens e mulheres. (COSTA et al 2005).

O termo feminização da pobreza foi utilizado pela primeira vez, em 1978, pela socióloga norte-americana Diana Pearce com o objetivo de retratar a tendência nos



Estados Unidos da América (EUA), de aumento da proporção de mulheres entre os pobres e também do crescimento do número de indivíduos em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres. (Costa et al, 2005, p. 8)

Nos estudos dedicados ao que a Organização Internacional do trabalho (OIT) chama de determinantes de gênero na pobreza das mulheres, que basicamente definem que há fatores de gênero que incidem no nível de vulnerabilidade das pessoas, junto as possibilidades de superá-la. Alguns determinantes seriam: desigualdade na participação no mercado de trabalho, desvalorização econômica e social das tarefas realizadas por mulheres, desigualdade no acesso a recursos produtivos, desigualdade de oportunidades para participar de tomadas de decisão. (Costa et al 2005).

Costa et al (2005) afirma que independente do sentido dado a feminização é evidente que se trata de um processo, portanto, possui uma dimensão temporal, sendo necessária uma comparação entre períodos. É visto também que este processo de feminização trata-se de uma tendência de crescimento do fenômeno no universo feminino

De acordo com Silveira e Silva (2013, p. 123)

[...] as famílias chefiadas por mulheres têm crescido nas últimas décadas. De acordo dados da Pesquisa Nacional por amostragem de domicílios (PNAD) realizada em 2005, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que nos últimos 10 (dez) anos a chefia feminina aumentou cerca de 35%, passando de 22,9% em 1995 para 30,6% em 2005.

Esse crescimento de mulheres chefes de família, ocasionou num maior impacto no aumento da pobreza e da exclusão social, considerando a maternidade e a necessidade de adentrar no mercado de trabalho, as mulheres acabam por se submeter a situações de sub-ocupações devido ao cuidado com os filhos. (Silveira e Silva, 2013).

A partir dos estudos de Costa et al (2005) é possível chegar a seis possíveis definições do que seja feminização da pobreza, podendo ser:

[...] a) aumento da proporção das mulheres entre os pobres, b) aumento da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres; c) aumento absoluto na incidência ou na intensidade da pobreza entre as mulheres; d) aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre mulheres e homens; e) aumento na incidência ou na intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres; f) e aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres e de famílias chefiadas por homens.



Nesta perspectiva as duas primeiras hipóteses consistem na teoria de que a feminização da pobreza se dá na elevação da proporção das mulheres entre os pobres ou elevação da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulher entre os pobres¹.

Há diversos fatores relacionados à chefia feminina, podendo ser: o aumento considerável de divórcios, a inserção feminina no mercado de trabalho, mudanças no comportamento e modelo de família, emancipação social e cultural da mulher. (Silveira e Silva, 2013).

A “feminização da pobreza” vem sendo compreendida a partir da ideia de “nova pobreza”, relacionada diretamente com a chefia feminina e a inserção das mulheres no mercado de trabalho; ou articulada com os efeitos específicos das políticas econômicas de corte neoliberal sobre a vida e o trabalho das mulheres.

Desse modo, se é atribuída às mulheres de hoje uma maior independência e responsabilidade de assumir suas famílias, elas também passam por dificuldades associadas a gênero, pobreza, acabam por ser estigmatizadas como menos capazes de cuidar e administrar suas famílias sem a presença de um homem. (Silveira e Silva 2013).

Frente a isso, salienta-se que a discussão sobre a feminização da pobreza alia-se diretamente às categorias abordadas anteriormente, ou seja, o gênero analisado no seu viés histórico como resultado das relações sociais demonstra que as mulheres por terem dificuldade de inserção na vida pública, passam a ser inferiorizadas e suscetíveis à condição de vulnerabilidade, isso tende a se agravar quando se alia a condição de pobreza, visto que há dificuldade de conseguir alcançar patamares de autonomia feminina.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Quando se discute a autonomia feminina há de se pensar quais meios a possibilitam, um deles é o local de moradia que vem sendo pautado pelo Estado brasileiro, na medida em que tem centrado os programas sociais na figura das mulheres para o recebimento dos benefícios sociais. Contudo, Azeredo (2010) chama a atenção aos programas que tem alvo preferencial às mulheres e o que são os programas com perspectiva de enfrentamento das desigualdades de gênero.

¹ Definições estão sujeitas às características demográficas



Silveira e Silva (2013) pontuam sobre o que é política pública com enfoque feminino e a política de gênero. A primeira diz respeito a princípios de ações governamentais, sob forma de legislação, resolução, programas, regulamentações, entre outras; já as políticas de gênero são políticas públicas sensíveis a questão de gênero, têm por objetivo contribuir para o fortalecimento das mulheres e a consolidação das instâncias de participação feminina na esfera pública e privada.

Apesar de as políticas públicas e sociais terem um lugar específico no que se refere às formas de enfrentamento da pobreza, acredita-se que sua contribuição poderia ser maior na redução de seu impacto caso houvesse, de fato, uma articulação entre diversos setores sociais como educação, emprego e renda, saúde, habitação, saneamento e urbanização. Deve-se se considerar a importância da formulação e da implementação de políticas intersetoriais, capazes de articular esses setores com a noção de que a pobreza é um problema coletivo. (Bronzo e Veiga, 2007, p. 11 apud Azeredo p. 587, 2010)

Há de se apontar os principais problemas enfrentados pelas mulheres e os campos nos quais as políticas públicas podem estar atuando para proporcionar qualidade de vida às mesmas, exemplificados no quadro a seguir:

QUADRO 2 – PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELAS MULHERES EM CONDIÇÃO DE POBREZA

Espaços de Inserção Profissional	Maternidade	Capacitação e Especialização	Saúde	Acesso a justiça
As mulheres como principais provedoras familiares possuem condição de baixa renda que se aliam as dificuldades de conseguir conciliar trabalho doméstico e a profissão	Enfrentam dificuldades para acompanhar a educação dos filhos, mesmo com a utilização das creches.	Não possuem tempo para se capacitar e especializar para o mercado de trabalho, o que acaba por acarretar na evasão escolar.	Acabam por habitar locais insalubres, convivem com os problemas do avanço da idade.	Não recebem as pensões que tem direito, algumas têm histórias de agressões físicas e psicológicas.

Nota: elaborado pelas autoras com base em Scott 2002 apud Silva e Silveira 2013.

Azeredo (2010) afirma que o que pode gerar impacto na perspectiva de gênero e combate as condições de pobreza feminina, é o acesso a equipamentos sociais de qualidade, como creches, escola em tempo integral, serviço de saúde, entre outros que poderiam amenizar a carga de trabalhos domésticos e propiciar melhores oportunidades de emprego e rendimentos.

Portanto, fomentar iniciativas que prezem pela autonomia feminina, nos aspectos de relações produtivas, inserção profissional, acesso a bens e serviços de qualidade que garantam condições mínimas de participação das mulheres na vida pública, são passos



norteadores que podem vir a propiciar qualidade de vida às mulheres em situação de pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender primeiramente os conceitos relativos a gênero e pobreza é fundamental. Nota-se que não é suficiente à aferição da pobreza apenas pelo critério da renda per capita, mas se faz necessário analisá-la por meio dos seus indicadores multidimensionais, os quais irão nos possibilitar a visão sobre os reais impactos da falta de acesso a mecanismos públicos, ou seja, a uma moradia que garanta a dignidade da pessoa, acesso à saúde, a educação e a espaços de lazer.

A perspectiva de gênero aliada à questão da pobreza é outro destaque da pesquisa realizada. Quando se considera o gênero a partir de um olhar histórico, permeado de contradições e luta para o reconhecimento de direitos, nota-se que a mulher passa a estar mais presente na vida pública principalmente nos espaços de inserção profissional, contudo, não se pode afirmar que os espaços de inserção feminina contribuam para com a sua autonomia pessoal e profissional.

A categoria de gênero sob uma ótica histórica é essencial para compreender os determinantes que atuam sobre a situação de pobreza feminina, sejam eles pela falta de acesso a recursos, bens e serviços, na diferença salarial entre gêneros e ocupações hierárquicas, bem como na maioria das vezes o acesso ao mercado de trabalho na lógica informal.

Destaca-se ainda a relevância das políticas públicas para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade de gênero, visto que cada vez mais o Estado brasileiro vem apoderando-se do discurso de gênero que permeiam a elaboração de políticas sociais, nas quais mesmo escassas percebe-se possíveis avanços.

Desse modo, é necessário que a discussão de gênero ganhe amplo debate na sociedade, aliado a luta constante de direitos e melhorias no acesso aos serviços públicos. É preciso também fortalecer instância de participação para que as mulheres em situação de pobreza sejam ouvidas, afim de que a formulação políticas públicas que atendam as



demandas das mesmas. Ampliando horizontes na busca da superação da condição de pobreza feminina, no seu viés multidimensional.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 576-590, jul./set. 2010.

CORRÊA, Sonia. O conceito de gênero: teorias, legitimação e usos. In: O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010. Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy (orgs.) – Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

COSTA, Joana Simões; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2005. (Texto para discussão, n. 1137). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf>. Acesso em:

MEDEIROS, Marcelo e COSTA, Joana. What Do We Mean by “Feminization of Poverty?”. **International Poverty Centre** July, 2008 n. 58

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2004, Caxambú. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ABEP, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf>. Acesso em 6 abr. 2016.

PROGRAMA DE NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, Inovações na medição das desigualdades e da pobreza. In: Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. PNUD, 2010.
SCOTT, Joan. Gênero, Uma Categoria Útil de Análise Histórica. (tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). Recife, 1991

SILVEIRA, Elana Cavalcante; SILVA, Suzana de Fátima Marques. Chefia feminina: uma análise sobre a estrutura das famílias monoparentais femininas e a feminização da pobreza. In: IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, 2013, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UECE, 2013. p.122-137